

# ECOCÍDIO. NOVA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL. O CUIDADO DO COMUM

Adela Figueroa Panisse\*

Está a ser estudado a incorporação do delito de ecocídio para a legislação internacional, no quadro do tratado de Roma. Junto com os delitos de Genocídio, Crime de guerra, Lesa humanidade e Crime de agressão. Define-se delito de ecocídio a aquele que atente à destruição extensa ou a perda de ecossistemas num território concreto, deliberada e massiva. Por meios humanos ou outras causas. Que ameace severamente a vida dos habitantes desta zona. É importante que existam referentes legais. Os seres humanos vão assim construindo suas normas de convívio e sua ética de comportamento.



Fábrica de ENCE ao pé da Ría de Pontevedra.

Não imos ser ingénuas e crer que porque exista a lei tudo vai ser arranjado. Os problemas da Terra são muitos e muito graves e atingem a todos os níveis da vida e do Planeta. O papa Francisco define como pecado todo ato que se manifeste como poluição e destruição da harmonia ambiental<sup>1</sup>. Crenças a parte, as normas civis e as religiosas é bom que sejam coincidentes sempre que levem ao cuidado dos bens comuns. Mas não é fácil. A estrutura social e económica mundial vai por outros caminhos dos do cuidado ecológico. A mundialização dos processos macroeconómicos desvia estes objetivos. É como uma louca corrida para adiante inconsciente e suicida que semelha impossível de parar.

A economia mundial sustenta-se em altos níveis de consumo que põem em perigo todos os recursos naturais e esgotam todas as fontes de energia não renováveis<sup>2</sup>. Produzindo uma quantidade de lixo que a terra não é capaz de metabolizar. Poluindo as águas, a terra e o ar. Em 29 de julho 2021 a Terra alcançou o limite de sobrecarga. Essa é a data em que o mundo utilizou todos os recursos naturais que a Terra conseguiu regenerar durante um ano. Estamos em deficit ecológico. Mas, o que aparece nas notícias é o número de postos de trabalho criados ou destruídos quando uma fábrica fecha ou quando é denunciada por sujar a casa comum. Um caso paradigmático é a celulosa de Pontevedra. Discute-se sobre manter seus privilégios ambientais para continuar a emporcalhar a ria, destruir a vida e atacar a saúde humana e biológica, esquecendo toda a riqueza natural que foi perdida, e os trabalhos de marisqueo consequentes que desapareceram<sup>3</sup>.

A energia é um dos problemas urgente que temos como comunidade biológica pois o petróleo, principal fonte internacional, que sustentou este sistema pode ser considerado como esgotado. Os carros ainda



Acumulación de plásticos.

andam, e muitos de seus derivados continuam a ser produzidos, como plásticos que seguem a se acumular inevitavelmente nos ecossistemas. Para superar esta situação tenta-se recorrer as energias renováveis, como eólica, hidráulica ou solar. Mas a sua gestão segue as mesmas normas que foram instauradas com o petróleo: Grandes multinacionais controlam a sua exploração, distribuição e comercialização. Não é posto em causa o sistema. Uma fonte de energia é substituída por outra e que "a festa continue". Se houver que destruir território para instalar grandes

Markus Diesterath



A energia é um dos problemas nascente que temos como comunidade biológica.

engenhos eólicos, extensas instalações solares, ou manipular as grandes barragens para obter benefícios, não importa. As consequências nunca são valorizadas. Porque o sistema neocapitalista aproveita-se destes privilégios ambientais<sup>4</sup>. Esquece que toda a estrutura do cosmos resulta dum equilíbrio termodinâmico que não se pode ignorar. E toma-se o COMUM para uso destes entes poderosos que nos controlam e condicionam toda a nossa vida. O resultado é uma grande desfeita ambiental e social. Os antigos habitantes serão deslocados desde seu território para as cidades. Quando não destruídos como está a acontecer agora na Amazônia : um terrível e cruel genocídio.

Mas a injustiça continua: Um 10% mais rico do mundo é responsável pelo 50% das emissões de CO<sub>2</sub> associadas ao consumo. Uma elite irresponsável que suja 60 vezes mais o COMUM do que o 90% restante. Isto tem que ser contabilizado e reclamado. Os níveis de CO<sub>2</sub> na atmosfera atingem níveis que são considerados, nestes momentos como de risco. Segundo James Hansen nunca deveríamos ter superado as 350 partes por milhão e estamos a mais de 400ppm. O problema é que as empresas fazem trampa. Para a produção das chamadas fontes de energia renováveis nunca se contabiliza o gasto energético e ambiental que foi necessário para as por em funcionamento. E também não o que se produz para transporta-las até seu lugar de consumo. São piratas, porque nos roubam o que é nosso: O Bem Comum. São colonialistas, porque se apropriam das terras expulsando delas a seus habitantes que não destruíam o ar nem as águas nem a terra. São desculturizadoras porque ao botar aos seus habitantes indígenas, com eles vai-se a cultura que criaram.

O urbanismo atual está também atuando em contra do ambiente, da casa comum. As cidades são as grandes desbaldidoras mal gastando energia e produzindo lixo que não é reincorporado ao ecossistema. Agora é o momento. Temos a consciência de que os bens comuns pertencem a toda a humanidade e a toda a biosfera por extenso. Quem suja o ar, as águas a terra, tem que parar e tem que pagar por isso. Quem destrói as nossas sagradas montanhas para montar complexos eólicos altamente poluentes, tem que parar. Não há outra solução: O sistema tem que ser mudado. A produção tem que voltar aos pequenos polos de auto-suficiência. O consumo tem de ser reduzido, os materiais empregados devem ser todos metabolizáveis pelo ambiente e os núcleos de povoação devem ser diversos pequenos e auto-gestionados. Faço desde aqui um chamado ao nosso minifúndio. Diverso, sustentável e biodegradável. E reclamo contra as macro explorações agrogandeiras, que regam a terra de pesticidas, as águas de jurros o ar de cheiros maléficis . Não há melhor adubo que o que a vida produz. Não temos que voltar ao sacho e a força física como única fonte de energia. Há tecnologia para defrontar a produção de alimento em pequenos e diversos níveis.

Zeeshaan Shabbir



Um 10% mais rico do mundo é responsável pelo 50% das emissões de CO<sub>2</sub>.

Nunca devêramos ter ultrapassado os limites da biosfera. Tudo tem que ser redesenhado, de maneira que a contabilidade energética dos processos humanos seja de balance zero ou o mais aproximado possível. Os Privilégios Ambientais têm que parar e a legislação de Ecocídio ser implementada urgentemente. Não temos mais tempo. É a hora da ecologia ou da barbárie.

**\*Vogal de mobilidade da diretiva de ADEGA.**

#### REFERENCIAS

<sup>1</sup> Laudato Si. Encíclica Papa Francisco. Também : Um papa ecologista. A. Figueira (PGL 27 / jun 2015).

<sup>2</sup> Dia da Sobrecarga da Terra chega mais cedo em 2021, Ecycle.

<sup>3</sup> "A escandalosa permissividade da Xunta con ALCOA agravou a contaminación da Mariña", ADEGA, e "Ence y la Xunta apuestan por la prevaricación", crítica la APDR que denuncia "chantajes disfrazados", Galiciaapress.

<sup>4</sup> Enrique Lijó. Privilégios Ambientais. Libros em Acción, 1921.